

# Política

*O governo federal deixará para depois das eleições a negociação das dívidas das prefeituras*

|                                                                   |            |
|-------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>FALTAM 13 DIAS</b>                                             |            |
| <b>PARA A ELEIÇÃO</b>                                             |            |
| <b>Conde (PFL)</b>                                                | <b>34%</b> |
| <b>Cabral (PSDB)</b>                                              | <b>23%</b> |
| <b>Chico (PT)</b>                                                 | <b>10%</b> |
| <b>Miro (PDT)</b>                                                 | <b>8%</b>  |
| <small>Números da pesquisa JB-Vox Populi / 13 de setembro</small> |            |

JORNAL DO BRASIL

20 SET 1996

## Dívida de R\$ 92 bilhões dos estados <sup>Pública</sup> vai ter acordo global

■ Os débitos serão renegociados e o prazo de pagamento estendido para trinta anos

Arnildo Schulz — 24/5/96

ALEXANDRE PINHEIRO  
E SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O governo federal está fechando um programa para renegociar todas as dívidas dos estados com a União. O total de débitos deve atingir algo em torno de R\$ 92 bilhões, incluindo as dívidas mobiliária (em títulos) e as já renegociadas. Os R\$ 2,1 bilhões emprestados pela Caixa Econômica Federal no final de 1995 e início deste ano e os R\$ 150 milhões em Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO) feitas pelo Banco do Brasil estão nesse total, segundo assessores do Ministério da Fazenda. As dívidas das prefeituras só serão discutidas após as eleições de outubro.

O prazo máximo de pagamento das renegociações globais será de 30 anos, o mesmo concedido a Minas Gerais, mas pode variar de caso a caso. A taxa de juros deve ser o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) mais 6% ao ano e todos os estados terão que quitar pelo menos 20% das dívidas para entrar no programa.

A idéia do governo é traçar um novo perfil para as dívidas dos estados. Mas dentro do próprio governo há quem ache que ainda não será desta vez que o problema será solucionado. As dívidas estaduais em títulos somam R\$ 40,5 bilhões, de acordo com dados do Banco Central (BC) de julho. Somente Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul devem R\$ 36,3 bilhões.

O Senado autorizou a rolagem dessas dívidas, que não são pagas, mas não param de crescer. Elas são corrigidas pela Selic, a taxa de juro básica dos títulos públicos. Anualizada com base na taxa de agosto, a Selic chega a 26,3%. Pelo mesmo critério, o IGP-M alcança 3,4%. Mesmo com mais 6% ao ano é um negócio de pai para filho com os estados.

A amortização de pelo menos 20% da dívida global como exigência para entrar no programa é para dar um corte inicial no seu valor e também para obrigar os

estados a privatizar suas estatais.

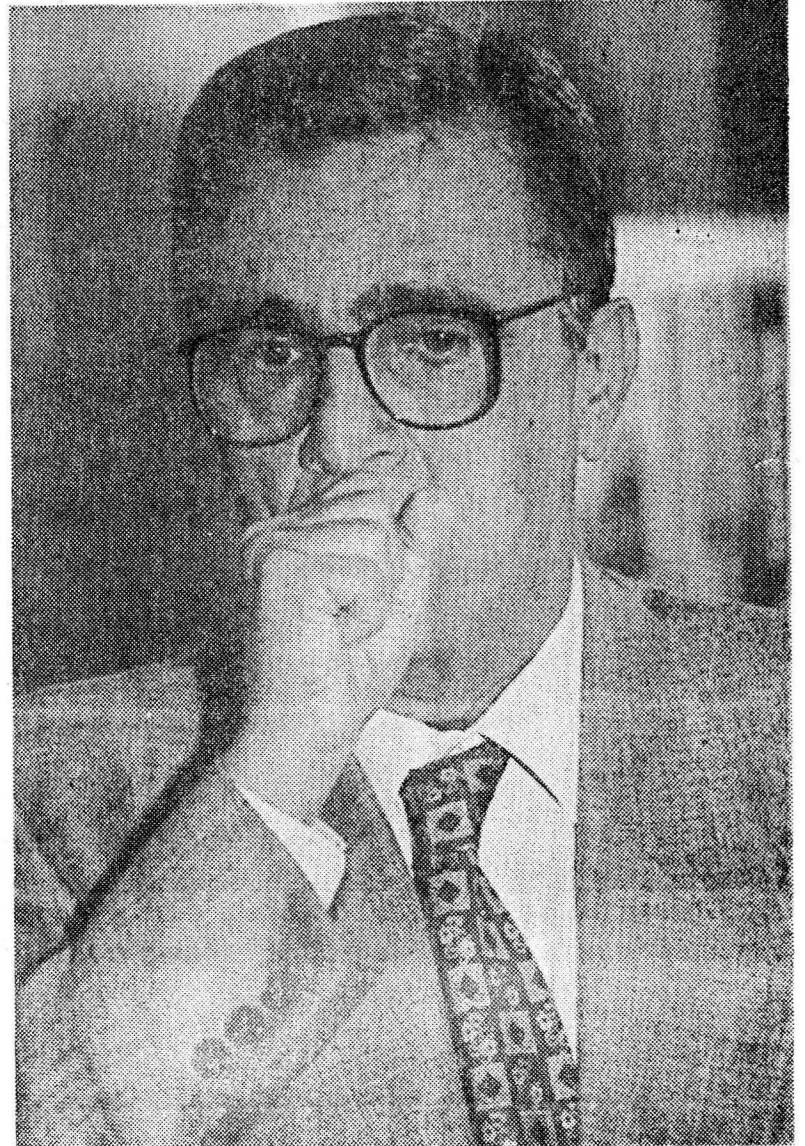
Uma reunião de todos os governadores com o presidente Fernando Henrique Cardoso para discutir a renegociação das dívidas dos estados através de regras uniformes e "sem privilégios" foi defendida ontem pelo líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI). O parlamentar pefelista recebeu reclamações de aliados do governo condenando a idéia de extinguir órgãos para pagar as dívidas dos estados.

Embora o PFL seja a favor da privatização das estatais, alguns senadores já estão protestando contra a idéia do governo de extinguir as estatais para pagar as dívidas dos estados. O protesto foi apresentado ontem, em plenário, pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), que condenou a venda da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

A rolagem das dívidas dos estados e o projeto de orçamento da União provocaram ontem uma crise na base de sustentação do governo. "Fica difícil conviver com tantas cobranças", afirmou o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES). O senador recebeu protestos do governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, do PT, e de todos os deputados e senadores da bancada do estado contra o "mau tratamento dado ao estado pelo governo federal".

O senador recebeu um telefonema do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, que contornou a crise e se comprometeu a atender as reivindicações da bancada capixaba, entre elas, mais recursos para o porto de Vitória que no orçamento só obteve R\$ 300 mil. "O porto de Sepetiba, no Estado do Rio, conseguiu R\$ 150 milhões", disse.

O líder pediu audiência ao presidente Fernando Henrique para discutir o problema do estado, mas negou que vá renunciar. "Fiquei satisfeito com os argumentos de Kandir", disse.



Elcio queixou-se do corte de verbas para o Espírito Santo